

25 a 27 de maio de 2010 – Facom-UFBa – Salvador-Bahia-Brasil

POLÍTICAS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA CULTURA NOS GOVERNOS LULA (2003 a 2010)

Bruno Novais¹

Juan Brizuela²

Resumo

A partir de 2003, o Ministério da Cultura do Brasil inseriu a dimensão internacional em sua estratégia política. Ademais, este órgão passou a trabalhar em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores que fortaleceu, por sua vez, a cultura na diplomacia do Brasil. Assim, o país ampliou suas relações culturais internacionais e decidiu focar o eixo Sul-Sul como prioridade de atuação, sem, no entanto, negligenciar as parcerias com os estados centrais.

Palavras-chave: Relações Internacionais; Ministério da Cultura; Cooperação Cultural Internacional; Itamaraty

Em 2003 o Brasil passou a ser comandado por Luis Inácio Lula da Silva. Uma vitória cultural, política e eleitoral. Assim, uma das principais mudanças vivenciadas pelo país, foi a tentativa de construir políticas públicas de cultura sob a liderança do Ministério da Cultura (MinC). Destaca-se a introdução da dimensão internacional nessas políticas em paralelo ao fortalecimento da cultura na diplomacia brasileira.

Inserir a dimensão internacional nas políticas culturais e reforçar a cultura na política exterior é uma inovação por parte do Brasil no que concerne a ação do Ministério da Cultura. Pois este campo era trabalhado no plano mundial, apenas pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), mas não de modo sistemático como no momento recente. Dessa maneira, algumas questões emergem: qual a relação entre cultura e política internacional? Qual o lugar estratégico e singular que a cultura desempenha no mundo contemporâneo globalizado, segundo a própria definição do ex-ministro Gil? Qual a necessidade de pensar as relações internacionais nas políticas culturais do MinC, neste cenário?

¹ Graduado em Comunicação Social com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal da Bahia. Participa do grupo de pesquisa sobre políticas culturais do Brasil coordenado por Albino Rubim no CULT (Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura). Contato: produtorbrunocultural@gmail.com

² Mestrando em Cultura e Sociedade no Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade na Universidade Federal da Bahia. Participa do grupo de pesquisa sobre políticas culturais do Brasil coordenado por Albino Rubim no CULT (Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura). Contato: juanbrizuelapna@gmail.com



Estes questionamentos ajudarão a nortear a finalidade deste artigo: tentar compreender qual é o objetivo da política internacional do MinC na administração de Gilberto Gil, entre 2003 e 2008 e no ano de 2009 quando o cargo de Ministro já era ocupado por Juca Ferreira. Isso será feito, portanto, através da análise dos principais atores, programas e projetos que o Ministério realizou no plano internacional, com destaque para o eixo sul-sul.

1 - O lugar central da cultura nas relações internacionais

Gilberto Gil entende que a centralidade da cultura no mundo globalizado tem a ver com o tipo de desenvolvimento que se deseja para o planeta (GIL, 2007). Isso implica reconhecer não só o impacto da cultura na economia internacional – que representava no ano 2003 um 7% do PIB mundial (BIRD – Banco Mundial *apud* GIL, 2007) hoje 10% do PIB mundial -, como também os desafios, ameaças e interesses gerados pelo alto valor deste campo.

Desde o início da gestão Gil, o MinC procurou trabalhar com uma dimensão ampla de cultura:

(...) O governo Lula e o Ministério da Cultura vêm deslocando as políticas culturais para o centro do debate do desenvolvimento nacional e das relações de intercâmbio do Brasil com outros países. (GIL, 2007, p.51).

No discurso de assunção ao Ministério, em janeiro de 2003, Gil já falava que para abranger a multiplicidade cultural brasileira, a política cultural teria que ser a base de um novo projeto nacional, trabalhado em sintonia e sincronia com os demais Ministérios. Ademais, a parceria lógica e natural no contexto da globalização em função do novo projeto era com o MRE (GIL, 2003). Além da Amazônia e sua biodiversidade, a cultura brasileira chamava a atenção da comunidade internacional. Neste sentido, o objetivo principal da parceria com Itamaraty era pensar, modelar e inserir a imagem do Brasil no mundo, através de uma política cultural gerida pelo MinC e pelo Itamaraty.

No ano 2005, em uma palestra para os alunos do Instituto Rio Branco, Gil falava do papel estratégico da cultura no processo de desenvolvimento de países emergentes. A defesa do ex-Ministro é de que o impacto mais notório no mundo globalizado está na economia da cultura e o potencial industrial que tem. Assim, a imagem do Brasil no mundo, a economia da cultura, o direito autoral e a propriedade intelectual são temas atuais no

debate internacional que o MinC não poderia negligenciar, como tampouco, atuar sozinho. Por isso, a parceria com Itamaraty continua sendo fundamental.

Nas palavras de Gil:

(...) Reforçar a cultura brasileira, sua difusão no exterior, a constituição de um setor empresarial forte de produção e difusão, o grau de diversidade cultural e acesso, enfim, reforçar a identidade cultural do país e a sua capacidade de produzir e difundir esta cultura é algo que impacta diretamente o desenvolvimento do país e sua inserção no mundo globalizado. (GIL, 2005. p. 4).

Assim, a política internacional do MinC foi acompanhada pelo MRE, seja no sistema ONU: 1) UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento); 2) OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual); 3) UNESCO; 4) PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e em outros organismos e fóruns internacionais.

A nova agenda internacional também implica novos atores e novas demandas. Neste sentido, o governo Lula compreendeu que era fundamental a aliança com as potências emergentes - China, Rússia, Índia e África do Sul - e também a prioridade das relações com o eixo sul-sul: América Latina (principalmente América do Sul), África e Países Árabes.

2 - MinC e ONU: das indústrias criativas à diversidade cultural

A Organização das Nações Unidas é um dos atores internacionais prioritários da política exterior do MRE (VIZENTINI, 2008). O MinC acompanha esta opção, sobretudo em sua parceria com UNESCO. No entanto, este Ministério dialoga com outros organismos da ONU, como a UNCTAD, a OMPI e o Comitê do Patrimônio Mundial - pertencente à UNESCO.

A seguir, serão apresentados exemplos da atuação do MinC nestes fóruns internacionais: a) a XI Conferência da UNCTAD; b) a Agenda do Desenvolvimento na OMPI; c) a Convenção da Diversidade Cultural da UNESCO e d) a 34ª Reunião do Comitê do Patrimônio Cultural Mundial.

2.1 - Junho de 2004 – Indústrias criativas na UNCTAD

Os primeiros frutos da parceria do MinC com o Itamaraty sobre as relações entre cultura e desenvolvimento aparecem na Conferência da UNCTAD celebrada em São Paulo, em junho de 2004. Nessa oportunidade, criou-se um *Grupo de Alto Nível sobre as Indústrias Criativas e o Desenvolvimento*. O objetivo deste era ressaltar as potencialidades das

indústrias criativas no mundo, especialmente para os países emergentes, além de recomendar políticas e mecanismos que facilitem e incentivem empreendimentos desta categoria.

O grupo reconhece que a diversidade cultural e a criatividade podem gerar oportunidades e alternativas aos desafios da globalização para os países em desenvolvimento. Ademais, sugere um meio termo entre políticas culturais nacionais e políticas comerciais internacionais. Propõe também que as indústrias criativas recebam um trato especial por se tratar de atividades com artistas inseridos e não-inseridos no mercado cultural, através de maiores incentivos comerciais, estatais e apoio de organizações mundiais. A Conferência resultou na proposta da criação de um *Centro Internacional de Indústrias Criativas*, que seria sediado na cidade de Salvador – Bahia.

2.2 - Agosto de 2004 – Agenda para o Desenvolvimento na OMPI

Em agosto do mesmo ano o Brasil apresenta em parceria com a Argentina, a *Agenda do Desenvolvimento na OMPI*, apoiada por 13 países em desenvolvimento, entre eles, oito da América Latina. A proposta era fazer que a procura pelo desenvolvimento fosse o elemento crucial em todas as negociações levadas a cabo na OMPI, além da determinação de políticas de proteção à propriedade intelectual em geral.

O documento defende, portanto, um domínio público robusto, com efetivo respeito às limitações e exceções aos direitos autorais, assim como o estímulo às formas alternativas de licenciamento de obras, como o Software Livre, o Copyleft e o Creative Commons (GIL, 2007). Deste modo, o argumento principal dos países emergentes é que propriedade intelectual não pode ser um fim em si mesma. E a OMPI, sendo um órgão da ONU, teria que reger-se também pelas *Metas do Milênio*³.

Os Estados Unidos foram os pioneiros a não apoiar essa iniciativa. Uma contraproposta foi apresentada com base no argumento de que níveis mais altos de proteção beneficiariam a todos os países. A idéia era criar um programa de desenvolvimento de propriedade intelectual, baseado na assistência “técnica” e fortalecimento dos atores encarregados de assegurar a administração e o cumprimento das normas de propriedade intelectual.

³ Refere-se ao “(...) Documento que consolidou várias metas estabelecidas nas conferências mundiais ocorridas ao longo dos anos 90, estabelecendo um conjunto de objetivos para o desenvolvimento e a erradicação da pobreza no mundo – os chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) – que devem ser adotados pelos estados membros das Nações Unidas, que envidarão esforços para alcançá-los até 2015”. Informação disponível em: <<http://www.institutoatkwvh.org.br/compendio/?q=node/19>>. Acesso em: 25 de jan. 2010.

Em contraposição aos estadunidenses, o Brasil e a Argentina se posicionaram de modo diferente. Estes países defenderam que a transferência e a disseminação de tecnologias deveriam ser obrigatórias para que os países em desenvolvimento pudessem, efetivamente, ser beneficiados por leis mais harmônicas de propriedade intelectual.

2.3 - Outubro de 2005 – Convenção da Diversidade Cultural na UNESCO

O MinC, em parceria com Itamaraty, teria uma importante conquista nas relações culturais internacionais: a aprovação da *Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural da UNESCO*, em 2005. Gilberto Gil liderou o processo de articulação dos atores emergentes no espaço internacional a fim de que este documento fosse assinado e entrasse em vigor nas legislações constitucionais dos países-membros.

O Departamento Cultural do Itamaraty, com destaque para o diplomata Marcelo Dantas, trabalhou em parceria como o MinC. A aprovação dessa Convenção é uma vitória não apenas à luta em prol do respeito e do fomento à diversidade cultural. A política cultural internacional e a diplomacia do Brasil puderam apresentar ao mundo que os países emergentes, através do trabalho multilateral, podem contribuir ao desenvolvimento do globo.

Ademais, a questão principal que perpassa a Convenção está atrelada ao acesso que é, segundo Gil, a peça-chave ao desenvolvimento. Se os estados implementarem políticas culturais que preservem e incentivem a diversidade das expressões culturais ligadas às indústrias criativas, provavelmente um maior contingente populacional terá acesso a conteúdos e bens culturais produzidos em distintas partes do planeta.

Conforme Gil:

(...) A maior síntese dessa agenda - que une economia da cultura, propriedade intelectual, conhecimentos tradicionais e novas tecnologias - foi sedimentada na Convenção para a Proteção e Promoção da Diversidade Cultural da UNESCO, em 2005. Ela representa um fenômeno que emerge desse processo de amadurecimento das políticas culturais e hoje quer se tornar um tratado entre os nossos povos, um acordo, um pacto de exercício do multilateralismo entre as nações. (GIL, 2008, p.03).

Nesta perspectiva, a gestão do MinC, desde o início da administração de Gil, introduziu a temática da diversidade cultural em sua estrutura organizacional e em sua política. Criou-se, portanto, em 2003, a Secretaria da Identidade e da Diversidade (SID) para trabalhar com temas e grupos minoritários que formam a diversidade das expressões culturais brasileiras – povos rurais, ciganos, comunidades periféricas, grupos GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transexuais) etc. Dessa maneira e com base nos interesses do Brasil,

no que concerne ao fortalecimento da economia da cultura e no fomento às indústrias culturais do país - a partir das negociações e dos intercâmbios internacionais - o MinC e o MRE articularam, sobretudo, com os estados emergentes, um movimento em prol da aprovação do documento na UNESCO.

2.4 - Julho de 2007 - Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO

Um claro exemplo dessas novas parcerias e estratégias do MinC no plano internacional foi voltar como membro permanente ao Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO no ano 2007 com mandato de quatro anos, e assumir a presidência no ano 2009. Além disso, a 34ª Reunião do Comitê do Patrimônio Cultural Mundial será em Brasília, entre julho e agosto de 2010. No ano em que comemora 50 anos de sua inauguração, a primeira cidade moderna reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade vai sediar pela segunda vez a reunião do Comitê (Brasília sediou, em 1988, a 12ª reunião).

O Comitê tem como papel principal acompanhar o estado de conservação dos sítios do Patrimônio Mundial e é órgão deliberativo da *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Natural e Cultural*. Instância maior da UNESCO para tratar do tema, o Comitê é composto por 21 países, que se reúnem anualmente. Ao colegiado somam-se 180 delegações de outros países que acompanham toda a programação, alguns dos quais têm bens culturais ou naturais que estão sendo analisados pelo Comitê para integrar a lista do Patrimônio Mundial.

A 34ª Reunião do Comitê do Patrimônio Cultural Mundial será uma convenção de 12 dias, onde as delegações dos países participantes discutirão sobre as novas candidaturas, além do estado de conservação e risco daqueles que já são declarados como *Patrimônio da Humanidade*.

3 - O MinC no Mercosul Cultural: avanços, desafios e perspectivas

No ano 1991, quando foi criado o Mercado Comum do Sul (Mercosul), os países-membros vivem sob a ideologia neoliberal. Neste momento, o Brasil era governado por Fernando Collor de Mello. Com a noção de Estado Mínimo, a cultura quase não recebeu investimentos para o bloco e esteve à mercê do campo econômico - que era a principal esfera de atuação do agrupamento sul-americano. No entanto, já no governo Fernando Henrique Cardoso, foi pensada uma proposta para tentar estabelecer um trabalho cultural mais eficiente para o Cone Sul: a criação, em 1996, do Mercosul Cultural.

Dessa maneira, o Mercosul Cultural tornou-se também um campo de atuação do MinC. O Ministério da Cultura, nessas gestões, como já foi salientado, sistematizou uma política internacional em consonância com o Itamaraty.

No quadro abaixo, é possível observar a ação do MinC no Mercosul Cultural, de acordo com Novais (2009):

ATUAÇÃO DO SISTEMA MINC NO MERCOSUL CULTURAL	
ÓRGÃO	ATIVIDADE
IPHAN	Centro de Treinamento e Gestão em Patrimônio Material
FUNARTE	Pauta para reunião setorial de Artes no Mercosul
FCP	Intercâmbios Afro-Latinos
	Agenda Afro-descendente nas Américas
PNLL / Biblioteca Nacional	Seminários de Livro e Leitura no Mercosul
Sec. da Identidade e Diversidade Cultural	Convenção da Unesco sobre a Diversidade Cultural
	Encontros Sul-Americanos de Culturas Populares
	Encontros dos Povos Guaranis
Secretaria do Audiovisual	RECAM
	Programa Mercosul Audiovisual
ANCINE	Acordos de Co-Produção Observatório Mercosul Audiovisual

O Mercosul Cultural, no entanto, ainda não implementou uma política estruturada para o bloco, apesar das discussões em torno deste assunto já terem sido iniciadas. A diretriz principal da vertente internacional do MinC é a cooperação cultural. Neste sentido, o Mercosul poderia desenvolver programas de intercâmbio de gestão cultural, tendo como norte a ação dos órgãos nacionais de cultura.

Demanda-se, portanto, um trabalho de intercâmbio de: recursos humanos; tecnológicos e de conhecimento dos órgãos gestores das políticas culturais dos estados do Mercosul, com o intuito de estar à frente do desenvolvimento latino-americano. Para viabilizar isto, as políticas culturais dos Ministérios, Secretarias ou Conselhos Nacionais de Cultura precisam atrelar suas ações à diplomacia de seus países, a exemplo do Brasil nos governos Lula.

4 - MinC e CPLP

A Comunidade dos Países da Língua Portuguesa cuja sigla é CPLP é formada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. A CPLP foi instituída no ano de 1996 e é uma das prioridades da política exterior do Brasil e da política internacional do Ministério da Cultura.

É importante ressaltar que o foco da CPLP para o MinC é o intercâmbio e cooperação cultural com os países lusófonos da África, sem excluir parcerias e diálogo com Portugal. Destacam-se os seguintes projetos das relações MinC e CPLP: 1) Assinatura do novo acordo ortográfico da língua portuguesa; 2) Tratado para a cooperação de desenvolvimento de software livre de código aberto com a CPLP, assinado em 2005; 3) Eleição de um Comitê de Acompanhamento das ações de cooperação cultural na CPLP, através da portaria nº 231 e 4) Participação na abertura do 1º Festival de Teatro da Língua Portuguesa da CPLP. (NOVAIS, 2009).

No setor audiovisual foi realizado o projeto DocTV CPLP, inspirado no DoCTV do Brasil, executado pelo MinC, e do DocTV Ibero-América. O Objetivo do projeto na Comunidade dos Países da Língua Portuguesa é proporcionar uma co-produção e difusão de documentários dos países-membros pelo mundo, a fim de difundir a língua e outros elementos da cultura lusófona.

5 - Outros fóruns internacionais do eixo sul-sul: ASPA, ASA, IBAS e BRICs

O MinC adotou relações culturais internacionais com outros atores da comunidade internacional com o objetivo de dialogar e buscar mecanismos de cooperação cultural internacional. São eles: ASA (Cúpula América do Sul-África); ASPA (Cúpula América do Sul – Países Árabes); IBAS (Mecanismo Índia-Brasil-África do Sul) e BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) - organismos mundiais do eixo sul-sul onde o Brasil possui um espaço central de articulação.

5.1 - MinC e ASPA

Além do Mercosul Cultural e a CPLP, outro espaço de cooperação onde o MinC foi protagonista é a Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA)². Proposto pelo presidente Lula no ano 2003 e formalizado na I Cúpula de Chefes de Estado realizada em Brasília, em 2005, a ASPA funciona como um mecanismo de cooperação bi-regional e como fórum de coordenação política.

O Brasil é o coordenador regional sul-americano da ASPA, por haver sediado a I Cúpula, até que a Secretaria-Geral da UNASUL esteja apta a assumir a representação regional. Integram a Coordenação, ainda, a Presidência Pro Tempore da UNASUL, o Secretariado-Geral da Liga dos Estados Árabes (LEA) e a Presidência de Turno da LEA.

O MinC é coordenador do Comitê Setorial de Cultura, e seu esforço permitiu a realização de duas Conferências Ministeriais de Cultura (2006 em Argel e 2009 no Rio de Janeiro) que concretizaram diversas iniciativas como festivais de teatro e exposições de música e dança. Na área de literatura, está prevista a tradução mútua de obras de literatura e o andamento da Biblioteca Árabe-Sul-americana (<http://www.bibliaspa.com.br>), que estará localizada em Argel, com sedes autônomas na América do Sul. O projeto é de Niemeyer, vencedor de licitação proposta pelo governo argelino.

Com respeito ao cinema, foi realizado uma mostra do Cinema Sul-Americano Contemporâneo, em Tunis, no ano 2006; e duas mostras ASPA de Cinema, em 2009, no Rio de Janeiro. Também estabeleceram compromissos para a co-produção fílmica, para além do estímulo de linguagem e da emergência de novos temas. Destaca-se ainda o lado econômico: a possibilidade de inserção de produtos culturais brasileiros no amplo mercado de países árabes. A agenda prevê também a inserção de legendas em dvds para distribuição mútua de filmes dos países associados.

5.2 - MinC e ASA

Em relação ao foro da América do Sul – África (ASA), as iniciativas na área de cultura ainda não ocupam um lugar central. Na extensa declaração de abril de 2009 realizada na Ilha Margarita, na Venezuela, se estabelecem uma série de declarações amplas sobre uma comissão de temas culturais e educacionais, coordenada por Senegal e Venezuela. Porém, ainda não existem iniciativas concretas com participação do MinC neste foro.

²Além dos 12 países da UNASUL, os 22 países árabes integrantes da ASPA são: Arábia Saudita, Argélia, Bareine, Catar, Comores, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuaite, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Palestina, Síria, Somália, Sudão e Tunísia.

O Ministério, por sua parte, como também suas instituições vinculadas como a Fundação Palmares, ANCINE e o IPHAN, tem iniciativas importantes com mais de 20 países africanos sobre um total de 53. A II CIAD – Conferência de Intelectuais da África e Diáspora, realizada em Salvador, no ano 2006, foi realizada com apoio do Governo federal e em parceria com a União Africana. Teve por objetivo reunir intelectuais, representantes da sociedade civil e tomadores de decisão para discussões aprofundadas sobre temas de interesse em comum; como também ampliar o conhecimento mútuo e o entendimento entre os países africanos e da Diáspora, bem como promover uma maior cooperação para o desenvolvimento (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006).

Outras iniciativas mais recentes são motivos de destaque: a) a Semana Cultural do Benin em Salvador, em outubro de 2009; b) a Semana Cultural do Brasil no Benin, prevista para ocorrer em abril de 2010; c) o III FESMAN (Festival Mundial das Artes Negras) a realizar-se em Senegal, previsto para dezembro de 2010 e com lançamento realizado em Salvador em junho de 2009 e d) a Reunião de Intelectuais africanos que aconteceu em Salvador. O Brasil será o país-convidado, por possuir a maior diáspora africana no mundo.

5.3 - MinC e IBAS

Estabelecido em junho de 2003, o IBAS é um mecanismo de coordenação que apresenta, como principais fatores de aproximação entre Índia, Brasil e África do Sul, que são três democracias multiétnicas e multiculturais, a condição de nações em desenvolvimento e a capacidade comum de atuação em escala global.

O IBAS não tem sede ou secretariado executivo fixo. No nível mais alto, estão as reuniões de Chefes de Estado e de Governo. No nível abaixo, têm-se os encontros de Chanceleres, que presidem as Comissões Mistas. Hoje é um guarda-chuva de inúmeras iniciativas diplomáticas e de setores específicos da Administração Pública.

A cooperação setorial é feita através de 16 grupos de trabalho (GT). O GT de Cultura é responsável pela aproximação cultural entre os países e foi criado em março de 2005, no encontro trilateral da Cidade do Cabo, na qual o MinC participou. Foi acordado que cada país sediaria atividades culturais regulares chamados *Festivais Culturais IBAS*.

Já foram realizados Festivais de Dança (realizado no Brasil em outubro de 2007), de Cinema (realizado na Índia, nas cidades de Mumbai, Goa e Dehli, em Outubro de 2008) e de Gastronomia (realizado durante a III Cúpula de Presidentes, em outubro de 2008) para divulgação da cultura dos países. Cabe ainda destacar a participação do Brasil em feiras e eventos de promoção cultural nos outros dois países. Ficou o compromisso do ISPHAN de

realizar seminários sobre conservação do patrimônio cultural dos países membros e prepara-se, também, um encontro sobre conhecimentos tradicionais e cultura indígena (Indigenous Knowledge Systems).

O GT de cultura aos poucos amplia suas ações e incrementa a cooperação cultural entre as partes, sob a égide do Departamento Cultural do Itamaraty, uma vez que faz parte de suas atividades a divulgação da cultura nacional. O Ministério da Cultura tem pouca participação no GT, provavelmente porque não possui a estrutura e os funcionários necessários para ter maior peso e ações no fórum.

No entanto, o MinC reconhece que o Departamento Cultural do Itamaraty, historicamente, tem liderado as relações culturais internacionais do Brasil. Por outro lado, no Planejamento Internacional do Ministério da Cultura para 2009 e 2010, o IBAS foi inserido como uma prioridade da área bilateral de sua política exterior, o que aumenta o número de parceiros potenciais do MinC no plano global.

5.4 - MinC e BRICs

A dimensão da cultura no fórum BRICs, formado por Brasil, Rússia, Índia e China, é ainda incipiente, sem participação do MinC ou até do DC de Itamaraty. Claro que o fórum também é novo, já que teve uma primeira reunião ministerial em 2008 e uma cúpula presidencial em 2009.

Os direitos autorais e o setor audiovisual são as temáticas de maior interesse no campo da cultura, tendo em conta a pressão das multinacionais para que esses quatro Estados sejam mais rígidos na luta contra a pirataria. Nesse sentido, têm posições semelhantes na OMC e na OMPI sobre que a proteção intelectual não pode ser um fim em si mesma e deve estar também a favor do desenvolvimento.

No entanto, já foram realizadas algumas ações culturais: a) intercâmbios de teatro - Escola do Teatro Bolshoi de Moscou em Joinville, Santa Catarina-; b) acordos de cooperação entre capitais culturais do Brasil e Rússia; c) I Festival da Cultura Brasileira em Moscou (outubro de 2008); d) II Festival de Cultura Brasileira na Índia (outubro de 2009) e d) há uma proposta de fazer o ano do Brasil na China e vice-versa, no ano 2014. Além disso, a China inaugurou diversos *Institutos Confúcio* no Brasil e abriram novos leitorados de língua portuguesa na China.

Além da ONU, do Mercosul Cultural, da CPLP, da ASPA, da ASA, do IBAS e do BRICs, o MinC estabeleceu relações culturais com outros atores multilaterais: 1) SEGIB (Secretaria Geral Ibero-Americana); 2) OEI (Organização dos Estados Ibero-Americanos)

com destaque para a Carta Cultural Ibero-americana; 3) Comissão Interamericana de Cultura (CIC) da OEA (Organização dos Estados Americanos); 4) Rede Internacional de Políticas Culturais (RIPC) e 5) Fórum da Aliança das Civilizações.

É importante dizer que a opção por um amplo número de parceiros reflete a importância que a área internacional teve dentro da estrutura do Ministério que pode ser observada na ampliação gradativa que o setor recebeu nos governos Lula. Assim, entre 2003 e 2006, por exemplo, o MinC possuía apenas uma Assessoria Internacional sob a responsabilidade de Nazaré Pedroza. Eventos, congressos, seminários, reuniões, acordos de cooperação, palestras, projetos culturais, visitas de Gil e de secretários a outros países, dentre outras atividades, foram incumbências desta Assessoria que possuía recursos (humanos, tecnológicos, de infra-estrutura e financeiros) insuficientes para atender as demandas de atuação. Para ampliar o trabalho internacional do MinC, em 2007, através de parceria com o MRE, a Assessoria Internacional foi transformada em Comissariado da Cultura Brasileira no Mundo (CCBM). Isso aconteceu através do decreto nº 5967 de 16 de novembro de 2006 que apresentou as funções de cada Ministério envolvido. Neste horizonte, ao MinC foi dada a responsabilidade de apoio técnico, administrativo e financeiro ao Comissariado. O MRE, por sua vez, se encarregou pela interlocução com as autoridades estrangeiras (NOVAIS, 2009).

Em 2008, o CCBM foi extinto. Para ocupar seu lugar, foi criada a Diretoria de Relações Internacionais do Ministério da Cultura (DRI) subalterna à Secretaria Executiva. Neste sentido, o trabalho do MinC passou a focar a valorização da cultura brasileira, através da intensificação dos projetos de intercâmbio e cooperação bilateral e multilateral com outros Estados e organismos internacionais, na observância do olhar sobre a diversidade cultural, da inclusão social e do fortalecimento da economia da cultura (NOVAIS, 2009), de caráter permanente e não-temporário como era no Comissariado.

6 - Considerações Finais

Ao inserir a dimensão internacional em sua estratégia política, o Ministério da Cultura promoveu uma inovação político-diplomática para o Brasil no cenário mundial. Além disso, a maior sistematização desta política, de modo paralelo à política exterior do Ministério das Relações Exteriores, trouxe resultados positivos às relações culturais internacionais do país. Exemplo disso é a possibilidade de proposição e execução de

programas de cooperação cultural - bilateral e multilateral - entre diferentes países e organizações globais.

Ademais, o MinC priorizou suas relações internacionais com a América Latina e o eixo sul-sul, com ênfase no intercâmbio com a África e com os países emergentes – China, Índia e Rússia – na busca pelo desenvolvimento. Isso foi o principal avanço da política cultural brasileira gerida pelo Ministério da Cultura. Pois, ao optar por relações multilaterais e por entes periféricos, o Brasil e o MinC sugeriram uma nova forma de fazer diplomacia cultural na contemporaneidade. No entanto, não negligenciou uma atuação nos países desenvolvidos, como aconteceu, por exemplo, com o Ano do Brasil na França, em 2005, e a Copa da Cultura na Alemanha, em 2006.

Desta maneira, a defesa do MinC, com ressalvas para Gilberto Gil, pelo respeito e fomento à diversidade cultural, manteve discurso e prática em consonância, tanto no plano interno, quanto no externo. Assim, o Ministério da Cultura principiou uma política ampla na comunidade global com a intenção de gerar desenvolvimento, através e para a cultura.

Entretanto, uma política tão ambiciosa enfrenta problemas de atuação que a própria DRI reconhece. Por exemplo, o reduzido tamanho da equipe internacional, recursos orçamentários insuficientes, trâmites burocráticos que dificultam a implementação das iniciativas, a dispersão da agenda internacional, entre outros. A cooperação cultural sul-sul é uma iniciativa importante reconhecida pela Diretoria, mas ainda incipiente. O planejamento 2009-2011 da DRI coloca como imprescindível uma maior estrutura para fazer frente aos eventos e compromissos internacionais dos diferentes países e fóruns onde o MinC já atua ou pode participar.

Finalmente, é correto dizer que o principal desafio da política cultural internacional do MinC é o desenvolvimento dos países emergentes através da cultura. Pois, este campo possui um enorme potencial na geração de emprego e renda, que pode e precisa ser relacionado com: crescimento econômico; equilíbrio ambiental; sustentabilidade e inclusão social, dentre outros fatores convergentes.

7 - Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Paulo Roberto. **A Política Externa do novo Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva** – retrospecto histórico e avaliação programática. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292002000200011&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 20 ago. 2009.
- _____. **Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291999000200003&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 20 ago. 2009.
- _____. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 47, nº01, jan-jun 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 16 abr. 2009.
- _____. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 46, nº02, jul - dez, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292003000200001&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 20 ago. 2009.
- ASA, II Cumbre. **Declaración de Nueva Esparta. Ilha de Margarita**, 2009. Disponível em: <http://batalladeideas.org.ve/allende/declaracionfinalespanolfina.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2010.
- FÓRUM IBAS. Disponível em: www.ibsa-trilateral.org. Acesso em: 20 jan. 2010.
- KAUARK, Giuliana. Contribuições da Unesco para a Diversidade Cultural para a Política Cultural Brasileira. In: **CD-Rom dos trabalhos apresentados no I Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – I ENECULT**. Salvador, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT e Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PÓS-CULTURA da Universidade Federal da Bahia, abril de 2005.
- _____. Política Cultural no governo Lula e Convenção para a Diversidade Cultural da Unesco – diálogos possíveis da cooperação internacional. In: **CD-Rom dos trabalhos apresentados no III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – III ENECULT**. Salvador, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT e Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PÓS-CULTURA da Universidade Federal da Bahia, maio de 2007.
- LUBISCO, Nídia; VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de Estilo Acadêmico: monografias, dissertações e teses**. Salvador: Edufba, 2003.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. Conquistas Internacionais do Sistema MinC em 2007. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/01/acoes-desenvolvidas-em-2007.pdf>. Acesso em 08 nov. 2009.
- _____. DOCTVIB – Objetivo, público, diretrizes. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/site/2007/11/09/doctv-ibero-america-6/>. Acesso em 08 nov. 2009.
- _____. Informe do projeto – agosto de 1999. In: **Programa Monumenta**. Disponível em http://www.monumenta.gov.br/upload/Informe%20de%20Projeto%20Agosto%20de%201999_1200402422.pdf. Acesso em 23 out. 2009.
- _____. **Programa cultural para o desenvolvimento do Brasil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. Disponível em: http://www.cultura.gov.br/upload/programa%20cultural%20para%20desenvolvimento%20do%20brasil_1174326644.pdf. Acesso em: 10 out. 2009.
- NOVAIS, Bruno do Vale. **A política de Relações Internacionais do Ministério da Cultura do Brasil no período de 2003 a 2008**. Entregue em 2009. 172 f. Monografia

(Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

OMPI, 15º período de sessões. **Propuesta de Argentina y Brasil para establecer un programa de la OMPI para el desarrollo.** 27 de Agosto de 2004. Disponível em: <<http://www.wipo.int/ip-development/es/agenda/background.html>>. Acesso em: 20 jan. 2010

PIWORWARSCI, Eva. Mercosul Cultural: antecedentes, atualidade e perspectivas. In: MINISTÉRIO DA CULTURA. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005 – 2006:** Estado e Sociedade construindo Políticas Públicas de Cultura. Brasília, 2006.

RIZZI, Kamilla Raquel. A política externa brasileira para os países africanos de língua portuguesa (1996/2006). In: **Associação Latino-Americana de Estudos Africanos e Asiáticos do Brasil.** Seção IX Congresso Sociedade Civil Global: Encontros e Confrontos, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.aladaab.com.br/anais/PDFS/96.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. In: **CD-Rom dos trabalhos apresentados no III Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – III ENECULT.** Salvador, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – CULT e Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PÓS-CULTURA da Universidade Federal da Bahia, maio de 2007.

UNCTAD, sessão XI. **Grupo de Alto Nivel sobre las Industrias Creativas: Resumen preparado por la secretaria de la UNCTAD.** Disponível em: <<http://www.unctad.org/Templates/meeting.asp?intItemID=4301&lang=3&m=4289&info=doc>> Acesso em: 20 Jan 2010.

UNESCO. **Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais.** Brasília: UNESCO, s/d.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil:** de Vargas a Lula. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.